



Lei estabelece normas para o uso racional da água

Página 3

A participação das mulheres na política

Páginas 4 e 5

Os números da violência em debate

Páginas 6 e 7

Frentes abordam temas importantes

Páginas 8

ARTIGO

PERNAMBUCO É MAIOR

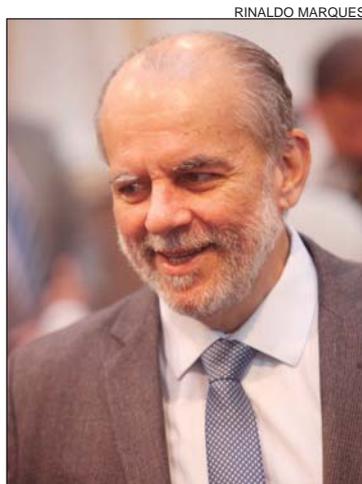
Waldemar Borges *

Os ventos que chegam de Brasília espalham incertezas e ameaças para todos os lados. Na política, os sinais de falta de comando fazem o País refém do embate entre Dilma, por um lado, e a dupla Renan/Cunha, por outro. O desfêcho dessa quebra de braço, desconheço quem possa prever exatamente qual será. A impressão é que estamos vivendo a espera da delação do dia para sabermos os próximos capítulos dessa disputa. E a população, cada vez mais impaciente, dando sinais que não está mais a fim de assistir passivamente a essa refrega que em nada dialoga com seus interesses.

Mas é na economia onde talvez parem as maiores ameaças. Aqui, os sinais de perda de controle apontam para consequências também extremamente preocupantes. Os aumentos em setores que interferem de forma pesada e

horizontal nos custos do conjunto da economia, a exemplo das altas de preço dos setores energético e de combustíveis; a disparada do dólar; as contas geradas pelas "brincadeiras" do Governo Federal, como disse o ministro Levy referindo-se às desonerações, são pontas de um iceberg que pode nos levar a um quadro de grandes adversidades, com volta de inflação e forte retração de investimentos públicos em áreas fundamentais. A educação, aliás, já vem sendo duramente vitimada com expressivos cortes no FIES e no Pronatec - este tão explorado na campanha eleitoral! Isso para não falar nos golpes desferidos contra históricos ganhos da classe trabalhadora.

A tesoura do Governo Federal afeta frontalmente e de muitas maneiras as contas estaduais. A redução drástica das transferências voluntárias e a proibição de os estados contraírem empréstimos, pela não repactuação do PAF, por



RINALDO MARQUES

exemplo, representam grandes perdas para Pernambuco. No caso dos empréstimos, particularmente, trata-se de grande injustiça com um estado cuja dívida corresponde apenas a um quarto da sua capacidade de endividamento, portanto em condições de continuar captando novos recursos para o seu desenvolvimento. Em outras palavras, apenas através dessas me-

didias, Pernambuco terá limitações de convênios e de empréstimos, o que significa uma grande perda para nossa economia.

Mesmo não sendo ilha dentro dessa maré de más notícias e péssimas decisões, Pernambuco vai conseguir atravessar 2015 e chegar no outro lado do ano crescendo e investindo. Para isso, o governador Paulo Câmara vai continuar tratando as finanças do estado com responsabilidade, pé no chão e foco absoluto nas áreas que de fato podem melhorar a vida dos pernambucanos. Exatamente como fez Eduardo Campos desde o começo do seu primeiro mandato

Por isso, prognósticos desapaixonados sustentam que a economia pernambucana crescerá em 2015 a uma taxa que gira na casa dos 2%. Esse número, por si, revela um quadro diferenciado, quando comparamos com o "crescimento" da economia nacional: entre -0.5%, para os mais otimistas e -

1.5%, para os realistas. Os investimentos governamentais, por outro lado, também estão garantidos em Pernambuco. Do nosso orçamento, R\$ 1 bilhão está reservado para investir em iniciativas fundamentais, como o FEM, por exemplo, que será mantido para ajudar os municípios pernambucanos a enfrentarem esses tempos em que a palavra de ordem mais ouvida em Brasília é corte.

Em Pernambuco, no governo Eduardo e agora no de Paulo, não se costuma ficar chorando diante dos problemas. Ao contrário de Brasília, a palavra de ordem aqui é ir pra cima da crise. Continuar trabalhando com força e fazer corretamente o dever de casa: cuidar de atrair novos investimentos, rigor nos gastos e investir nas áreas sociais. O resto, a população pernambucana faz. Porque Pernambuco não aceita retrocessos.

* Deputado estadual pelo PSB

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

ACONTECEU NA ALEPE

INÍCIO DOS TRABALHOS

Os 49 deputados eleitos tomaram posse no dia 1º de fevereiro. Na mesma data, foi eleita a Mesa Diretora para o biênio de fevereiro de 2015 a janeiro de 2017. O deputado Guilherme Uchoa (PDT) foi reconduzido ao cargo com 38 votos. Diogo Moraes (PSB) foi eleito para o cargo de primeiro-secretário com 32 votos. Também compõem a Mesa Augusto César (PTB), como primeiro vice-presidente; Pastor Cleiton Collins (PP), como segundo vice-presidente; Vinícius Labanca (PSB), na Segunda Secretaria; Romário Dias (PTB), terceiro-secretário; e Eriberto Medeiros (PTC), que foi reeleito quarto-secretário.

REFORÇO PROFISSIONAL

A 18ª Legislatura já começou seus trabalhos, em fevereiro, contando com o reforço de 100 novos servidores aprovados no concurso público promovido em 2014. São 60 analistas de nível superior e 40 agentes legislativos que, após passarem por curso de capacitação, estão atuando em diversos setores da Casa. A entrada destes novos profissionais permitiu à Alepe implementar, por exemplo, a Consultoria Legislativa, setor que contribui com a atuação dos parlamentares, oferecendo pareceres técnicos e estudos que embasem projetos de lei.

GOVERNADOR EM EXERCÍCIO

O presidente da Assembleia, deputado Guilherme Uchoa (PDT), assumiu interinamente a chefia do Executivo estadual entre os dias 4 e 8 de março. Terceiro na linha de sucessão, o parlamentar comandou o Estado durante esse período em virtude de viagens do governador Paulo Câmara, e de seu vice, Raul Henry, ao exterior. Nesses dias, a Casa Joaquim Nabuco foi chefiada por seu vice-presidente, deputado Augusto Cesar (PTB).

MAIS ESTRUTURA

O presidente Guilherme Uchoa apresentou a parlamentares, servidores e imprensa, o prédio que vai abrigar os 49 novos gabinetes dos deputados e as instalações da Presidência e da Primeira Secretaria. O anexo II, na Rua da União, recebeu o nome de João Negromonte Filho, em homenagem ao ex-deputado estadual falecido em 2008. Ao seu lado, está em construção o edifício Miguel Arraes, onde funcionará o Plenário da Casa. O novo complexo representa um investimento de cerca de R\$ 36 milhões na expansão da infraestrutura da Assembleia. Já o Palácio Joaquim Nabuco, onde hoje acontecem as reuniões legislativas, será revitalizado e funcionará como museu.

COMBATE À SECA

Em março, a situação hídrica de Pernambuco foi tema de Grande Expediente Especial na Assembleia, atendendo requerimento da deputada Raquel Lyra (PSB). Os secretários estaduais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, além de diretores da Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) e da Agência Pernambucana de Águas e Clima (Apac), falaram sobre a realidade do Estado, estratégias de enfrentamento da seca e investimentos previstos. "Queremos que o tema tenha acompanhamento constante da Casa. Por isso, proponho a criação de um grupo de trabalho especial", anunciou Raquel, acrescentando que lembrou que o Agreste pernambucano apresenta o pior balanço hídrico do país. Na ocasião, o diretor da Apac, Marcelo Asfora, revelou que os estados do Nordeste estão desenvolvendo, em parceria com o Banco Mundial e com a Agência Mundial de Águas, um sistema de monitoramento da seca baseado em modelo norte-americano.

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade da Assistência de Comunicação Social da Assembleia Legislativa - Departamento de Imprensa.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Augusto César; 2º Vice-Presidente, Deputado Pastor Cleiton Collins; 1º Secretário, Deputado Diogo Moraes; 2º Secretário, Deputado Vinícius Labanca; 3º Secretário, Deputado Romário Dias; 4º Secretário, Deputado Eriberto Medeiros. Superintendente de Comunicação Social: Margot Dourado. Chefe do Departamento de Imprensa: Marconi Glauco. Editor: Marconi Glauco. Revisão: Marconi Glauco e Margot Dourado. Repórteres: André Zahar, Edson Alves Júnior, Gabriela Bezerra, Helena Alencar, Ivanna Castro e Luciano Galvão Filho. Gerente de Fotografia: Roberto Soares. Edição de Fotografia: Breno Laprovitera. Fotógrafos: Jarbas Araújo, João Bitá, Rinaldo Marques e Williams Aguiar (estagiário). Tratamento de Imagem: Lucas Neves. Diagramação e Editoração Eletrônica: Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 - Recife-PE. Fone: 3183-2368. PABX: 3183.2211.

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br> — E-mail: assistenciadecomunicacao@alepe.pe.gov.br — www.twitter.com/alepeoficial — www.facebook.com/assembleiape

SÉRIE AGORA É LEI

REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA JÁ É LEI EM PERNAMBUCO

Poucas vezes o dia 22 de março, designado como o Dia Mundial da Água pela ONU, teve tanto significado quanto nesse março de 2015. Com o País e o Estado sofrendo consequências de uma grave crise hídrica, economizar água é uma demanda urgente para a sociedade. Para tratar do tema, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei Estadual nº 14.572/2011, em vigor desde julho de 2012, que estabelece normas para o uso racional e reaproveitamento de águas nas edificações do Estado de Pernambuco.

A lei, de iniciativa do deputado Tony Gel (PMDB), obriga edificações residenciais e não residenciais com mais de 70 metros quadrados a aproveitar as águas da chuva e reutilizar as águas servidas - provenientes de lavadores, chuveiros e pias de cozinha. O descumprimento da lei pode levar à negação de licença para construir ou reformar e multas que podem ir de R\$ 1 mil a R\$ 100 mil. Além disso, o texto prevê o uso preferencial de bacias sanitárias, chuveiros e torneiras que permitam mais economia de água.



Legislação alerta para os problemas provenientes da falta d'água

"Infelizmente, há um desperdício muito grande de água no Brasil. A maioria das residências em Pernambuco e no Brasil ainda tem descarga com água tratada, o que é um grande absurdo", diz Tony Gel.

O parlamentar conta que "desde o final da década de 80 já trabalhava em projetos para os problemas de abastecimento na região de Caruaru". Essa região, com população densa e pouquíssima

disponibilidade de água, é considerada a que tem pior balanço hídrico do País. "Foi dessa experiência que maturamos a ideia de criar uma lei que fizesse Pernambuco partir na frente no uso racional da água", relata o deputado.

Na avaliação de Serapião Bispo, diretor de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon/PE), Pernambuco está "entre os quatro Estados que mais

discutem a legislação ambiental no setor da construção civil, junto com São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais". Ele relata que muitas obras feitas atualmente já seguem essas medidas de economia de água, apesar da lei ainda carecer de regulamentação. "Ainda temos um caminho imenso a seguir, mas essa legislação foi um bom começo", destacou.

"É bom ver que esse tema está saindo da academia e virando política pública", comemora Mariah Farias, professora de Gestão e Legislação Ambiental do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), em Afogados da Ingazeira. Entre 2010 e 2012, ela fez uma pesquisa pela UFPE para analisar a possibilidade de aproveitamento de águas de chuva por telhados em vários municípios do Agreste pernambucano.

A pesquisa verificou que esse aproveitamento das águas pluviais, se feito corretamente, pode ir de 25% a 90% do volume ofertado pela Compesa na região, dependendo do município. "Os números maiores ocorrem justamente nas cidades menores, onde o abasteci-

mento de água é mais ineficiente. Em alguns casos pode-se praticamente dobrar a oferta de água disponível para a população", aponta.

Já nas áreas onde o balanço hídrico é mais favorável, o aproveitamento de águas da chuva oferece outras vantagens. "A partir do momento que a água é armazenada, ela deixa de afetar os sistemas de drenagem nas áreas urbanas, minimizando problemas como enchentes e inundações", diz Mariah, acrescentando que "para esse efeito positivo começar a ocorrer é preciso que a adoção do reaproveitamento ocorra em larga escala".

Para expandir o uso racional da água para imóveis já existentes, a Lei nº 14.572 permite o cadastramento voluntário de imóveis para aderir ao uso racional da água, com a possibilidade de receber incentivos fiscais. "O custo para fazer esse reaproveitamento é relativamente baixo para construções novas. Mas readequar uma residência para isso tem um custo bem mais alto. Nesses casos, é importante o incentivo fiscal, ou até mesmo alguma compensação financeira", pondera Mariah Farias.

CARTILHA VAI REFORÇAR COMBATE À ALIENAÇÃO PARENTAL

Se o divórcio já é difícil para os filhos, o sofrimento pode ser agravado por uma prática comum, de nome ainda pouco conhecido: a alienação parental. Desqualificar o genitor, dificultar a convivência familiar, omitir informações relevantes sobre a criança e mudar o domicílio para um local distante sem justificativa são algumas atitudes características dessa situação.

A legislação brasileira passou a tratar do tema em 2010, quando a Lei 12.318 definiu alienação parental como "a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este."

Ainda que a norma traga a possibilidade de resolver a questão juridicamente, advogados concordam que atuar na prevenção é o

mais indicado. "Tudo hoje é baseado em conciliação. Se houver necessidade, vai haver uma interferência interdisciplinar antes de qualquer conduta punitiva do juiz, para esclarecer e relata que estão acontecendo episódios que prejudicam um dos genitores, assim, tentar resolver essa situação por diálogo", explica a especialista em Direito de Família Adriana Falbo Di Cavalcanti.

Por se tratar de uma legislação recente, o número de casos ainda é pequeno. "Mas o índice está crescendo, porque as pessoas estão tendo mais consciência de que podem recorrer a uma alienação parental", observa Adriana. "É importante informar, mostrando às pessoas seus direitos e suas obrigações. Por se tratar de um tema novo, muita gente hoje ainda não sabe que, procedendo dessa forma, terá problemas."

Nesse sentido, a Lei nº 15.447/2014, de autoria do deputado Zé Maurício (PP), determina que as escolas públicas e privadas de



RINALDO MARQUES

Lei quer proteger crianças e adolescentes da quebra de vínculos familiares através da divulgação do tema nas escolas públicas e privadas do Estado

Pernambuco disponibilizem, nas suas bibliotecas, exemplares impressos da Cartilha de Orientação às Crianças e Adolescentes, para prevenção contra a Alienação Parental. A norma, já em vigor, estabelece ainda que o material

será oferecido em formato digital nos sítios institucionais do Estado.

"Tudo começou com um ofício que a gente recebeu da Associação Brasileira Criança Feliz. Foi feita uma audiência pública com várias entidades e, depois, criou-se

um grupo de trabalho na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos", diz o parlamentar.

A psicóloga Ana Katarina Leimig Saraiva de Melo, que estuda o tema há mais de 10 anos, aprova a lei e acredita que a escola é o ambiente certo para difundir o assunto. "As crianças passam a maior parte do dia lá. Os professores podem se envolver na percepção de mudanças comportamentais na criança: como agressividade, distância do grupo e queda de rendimento. O desenvolvimento de ansiedades pode levar até a uma depressão", enumera.

Os responsáveis pelos estabelecimentos privados que descumprirem a lei poderão ser penalizados com advertência e até multa, que pode variar de R\$ 1.000 a R\$ 100 mil. Já nas instituições públicas, implica em penalidades administrativas aos dirigentes.

Promulgada em dezembro do ano passado, a lei apresenta modelo de cartilha em anexo e aguarda regulamentação do Poder Executivo.

REPRESENTAÇÃO

TRIBUNA AINDA É ESPAÇO RESER

Helena Alencar

Em 1911, a morte de 146 operárias nova-iorquinas sagrou o 8 de março como Dia Internacional da Mulher. Um século e muitas conquistas depois, a política ainda é um espaço a ser desbravado pelas brasileiras, que representam 51,3% da população e ocupam apenas 9,5% das vagas no Congresso Nacional.

Na Assembleia Legislativa de Pernambuco, que já chegou a contar com nove deputadas na 15ª legislatura (2003-2006), a situação é similar: elas ocupam cinco das 49 cadeiras. Até 2002, apenas nove mulheres haviam conquistado vaga na Alepe - a pioneira foi Adalgisa Cavalcanti, eleita em 1974.

Desde 2009, uma exigência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) obriga que os partidos dediquem pelo menos 30% das



A bancada feminina da 18ª Legislatura Estadual (2015/2018) na Assembleia Legislativa é formada pelas deputadas Simone Santana, Socorro Pimentel e Raquel Lyra.

candidaturas ao gênero que tem a menor representatividade - no caso, o feminino. Para a deputada Teresa Leitão (PT), contudo, a norma é insuficiente para garantir

a equidade. "A obrigatoriedade na composição das chapas não se repete depois que a eleição se encerra", observa. As razões passariam pelos limites culturais e his-

tóricos do ambiente político. "A mulher sempre foi secundarizada e as próprias regras eleitorais têm um forte apelo para o poder econômico", explica a petista.

A deputada Socorro Pimentel (PSL) concorda que o ambiente partidário é ainda muito masculinizado e vê o cumprimento da lei eleitoral "apenas com intuito buro-

BANDEIRAS FEMININAS

Deputadas dizem como pretendem atuar para melhorar a vida das pernambucanas

"Trato a educação como questão fundamental. Se as mães têm onde deixar os filhos, a criança cresce com mais saúde e capacidade de aprendizado; e a mulher pode trabalhar e se qualificar, permitindo que atinja uma maior renda e cuide melhor da família." **Raquel Lyra (PSB)**

"Acho que nossa grande responsabilidade é trazer à tona os debates sobre as políticas voltadas para a mulher, aferir seus resultados e acompanhar de perto. Também luto contra o estigma da participação da mulher na política somente nos assuntos de gênero." **Priscila Krause (DEM)**

"Minha bandeira sempre foi a primeira infância. Sabemos que a escolaridade materna está em proporção inversa à mortalidade

infantil e direta ao empenho do seu filho na escola. Cuidando da mulher, a gente vai estar cuidando da primeira infância." **Simone Santana (PSB)**

"Luto e vou continuar lutando contra a discriminação racial, de orientação sexual, de gênero e qualquer outra forma de preconceito. Também vou basear minhas preocupações na ampliação dos espaços da mulher na sociedade, não só na política." **Teresa Leitão (PT)**

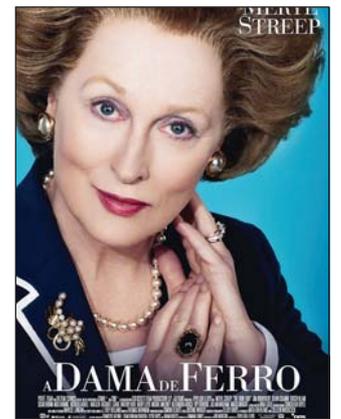
"Precisamos viabilizar várias ações e projetos para o Sertão, dentre eles a Delegacia da Mulher do Araripe e o Hospital da Mulher e da Criança do Araripe, além de todos os esforços que contemplem as famílias, sem distinção de sexo." **Socorro Pimentel (PSL)**

LEGISLATIVO EM FOCO — CULTURA

FILME - A DAMA DE FERRO (EUA, 2012) — O Poder Legislativo é personagem-chave no drama da história: personalidades se revelam em discursos inflamados, intrigas de bastidores atizam a imaginação, prédios imponentes assistem a embates democráticos ao longo dos séculos. Arte e história se misturam na literatura, no cinema, no teatro, na televisão e na arquitetura, em registros que ilustram a complexidade desse universo.

De olho nessa relação, foi criada a seção **Legislativo em Foco**, que trará dicas de obras artísticas que, de algum modo, representam o cotidiano parlamentar. Inaugurando o espaço dentro das comemorações do Dia Internacional da Mulher, uma figura feminina tão marcante quanto controversa: Margaret Thatcher (1925-2013), cuja biografia rendeu o longa norte-americano *A Dama de Ferro*.

O título faz referência ao apelido que a única mulher a alcançar o posto de primeira-ministra do Reino Unido recebeu pela firmeza na condução de políticas liberais nem sempre populares. Protagonizado pela vencedora do Oscar Meryl Streep, o filme retrata o ingresso no Partido Conservador, passando pela eleição para a Câmara dos Comuns e a ascensão à liderança dos *tories*, revelando alguns dos desafios de uma mulher no ambiente essencialmente masculino da política. **(H.A.)**



VADO PARA POUCAS MULHERES



ocorro Pimentel, Raquel Lyra, Priscila Krause e Teresa Leitão

crático". "Não decorre da carência de mulheres aptas a concorrer a um cargo eletivo, mas do modo como os partidos são controlados. Não existe estímulo, finan-

ciamento ou atração para que nós possamos disputar em igualdade de condições", avalia.

Ascender politicamente é ainda mais desafiador. Três vezes

vereadora do Recife, a deputada Priscila Krause (DEM) observa diferentes graus de dificuldade nas esferas municipal, estadual e federal, de acordo com a proximidade da família. Ela acredita que a evolução nesse sentido passa por uma construção coletiva de um novo pacto social. "Organizar de maneira diferente as coisas do dia a dia é o que possibilita a mulher participar ou não", aponta.

Nesse sentido, a deputada Raquel Lyra (PSB) sugere a Reforma Política como instrumento para democratizar o acesso ao poder. "Também precisamos de políticas públicas que permitam que a mulher saia de casa, com creches, hospitais e assistência ao idoso. Todo esse cuidado com a família é dado para a mulher", ressalta.

Para ampliar a participação da mulher na política, fazem-se necessárias medidas afirmativas.

É o que defende a militante Suely Oliveira, que possui mestrado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sobre femi-

participação nos programas do período eleitoral. Não podemos tratar desiguais como iguais", avalia a especialista.

A partir de 2005, a Alepe passou a contar com uma comissão dedicada às causas femininas. Ao colegiado compete opinar sobre discriminação contra mulheres negras, dificuldades sociais e econômicas das trabalhadoras rurais, violência contra a mulher, erradicação do analfabetismo feminino, entre outros temas.

A atual presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada Simone Santana (PSB), acredita que a participação política garantiria mais equilíbrio em decisões importantes. "A mulher tem um olhar muito mais voltado para as necessidades do núcleo da sociedade, que é a família. Temos que ter direitos iguais nas nossas diferenças", reforça.

Quase 70 anos após a eleição da primeira deputada em Pernambuco, conciliar a vida pessoal com a carreira política permanece um desafio para as parlamentares

nismo e Estado. "Os partidos deveriam dar um apoio diferenciado, com formação política e

SÉRIE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

PELO DIREITO DE SER MÉDICA

Na história da luta pela igualdade das mulheres, o ano de 1879 foi um marco para as brasileiras, que foram autorizadas pelo governo a frequentar o ensino superior. Apesar disso, as mulheres que o faziam ainda eram "malvistas".

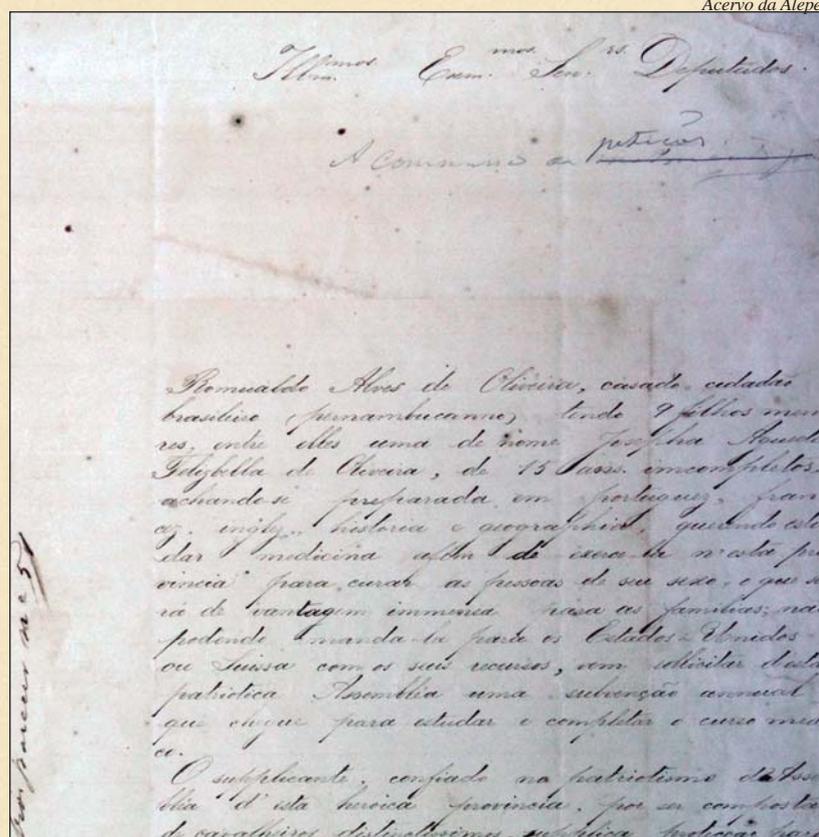
O momento histórico repercutiu na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Nesse mesmo ano, um cidadão de nome Romualdo Alves de Oliveira fez uma petição ao legislativo pernambucano da época - a então Assembleia Provincial. Ele solicitava subvenção anual e proteção para que sua filha Josepha Agueda Felizbella, com 15 anos de idade incompletos, pudesse estudar medicina, "a fim de exercê-la na Província de Pernambuco atendendo pessoas do sexo

feminino, o que acarretaria grande vantagem para as famílias locais."

Um detalhe chama atenção no documento: Romualdo Alves afirma ser republicano, mas, "apesar disso", confiava no deferimento da solicitação. A assertiva não é de se estranhar já que, naquele período, os movimentos republicano e abolicionista estavam a todo vapor.

O legislativo estadual testemunhou ainda reivindicações de dotes, vagas em escolas, orfanatos e bolsas de estudo para mulheres. Os documentos, datados do século XIX, fazem parte do acervo do arquivo geral da Alepe.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA - Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo.



Acervo da Alepe

IMAGEM - Petição de Romualdo Alves de Oliveira. Mapoteca 01, gaveta 03. 09 de janeiro de 1879. Arquivo Geral. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

VIOLÊNCIA - O IMBRÓGLIO ENTRE

Gabriela Bezerra

A cada ano, cresce o número de brasileiros presos. Mas o aumento da população carcerária é um indicativo de que a violência está sendo combatida ou de que a criminalidade está aumentando? Atualmente, o Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking mundial, com 711.463 presos, entre regimes aberto, semi-aberto e fechado. Com esse elevado número, o País convive com um déficit de 206 mil vagas e segue com a inquietante pergunta: por que as pessoas não se sentem seguras ao andar nas ruas?

De acordo com o ICPS, sigla em inglês para Centro Internacional de Estudos Prisionais, do King's College, de Londres, o Brasil só está atrás dos Estados Unidos (2,2 milhões), da China (1,7 milhão) e da Rússia (671.700) quando o assunto é população carcerária. Esse ranking coloca o Brasil em quarto, mas com os dados recente divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - que atualizaram o número de presos de 581.507 para 711.463 - o Brasil sobe uma posição.

O histórico desse crescimento é o que mais assusta, porque não

acompanha os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a população em geral. Em 22 anos, o número de presos nas penitenciárias brasileiras sextuplicou, passando de 90 mil para 548.003, de 1990 a 2012. O confronto dessa estatística do Departamento Penitenciário Nacional com os dados do recenseamento talvez explique a diária sensação de insegurança. No início da década de 90, o Brasil tinha 146.917.459 habitantes. No último censo, divulgado em 2010, o número era 190.755.799. Ou seja, um crescimento bem mais modesto.

Em Pernambuco, a situação não é diferente. A população carcerária do Estado soma hoje 30.149 presos, dos quais 50% são provisórios, de acordo com o CNJ. A capacidade máxima dos presídios (8.956) já foi ultrapassada, o que representa um déficit de 21.193 vagas. Os últimos balanços do programa Pacto Pela Vida também não deram uma resposta positiva à sociedade. A meta de redução de 12% foi atingida em apenas dois dos oito anos (2009 e 2010). E as estatísticas do número de assassinatos durante o Carnaval deste ano apontaram para um aumento de 29,7% em relação a 2014.



O número de presos cresce a cada ano, no Brasil. O País ocupa a terceira posição no ranking mundial, com r

CASA JOAQUIM NABUCO DEBATE CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E MELHORIAS NO PACTO PELA VIDA

Nesse cenário, a Assembleia Legislativa realizou, no dia 26 de fevereiro, Grande Expediente Especial para debater a Crise no Sistema Penitenciário e o Pacto Pela Vida.

Autor do requerimento para o debate, o deputado Sílvio Costa Filho (PTB) traduziu o sentimento geral: "O maior imposto que a sociedade paga hoje é o imposto do medo, pela falta de segurança".

Promotor de Justiça de Execuções Penais, Marcellus

Ugiette afirmou, na ocasião, que no Brasil existe a "filosofia do encarceramento", como se a solução para a violência fosse apenas prender pessoas. "Mas vamos resolver esse problema somente com repressão?", questionou. Há 14 anos diretamente ligado a unidades prisionais, Ugiette aponta a priorização de políticas sociais básicas pelos Governos como uma das iniciativas capazes de combater a violência de forma efetiva. As drogas, segundo ele,

devem ser enfrentadas não apenas como problema de segurança, mas como questão de saúde pública. "Precisamos tratar o usuário. Colocá-lo em um lugar onde o acesso às drogas é mais fácil não resolve."

Em alusão ao sociólogo francês Émile Durkheim, o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), João Olímpio de Mendonça, avaliou que "o crime é normal", porque

sempre existiu em todas as épocas e em todas as civilizações. "O que assusta no Brasil são as altas taxas, que leva a uma situação de medo", apontou.

Todos concordam que o panorama atual não é muito tranquilizador, mas ainda dá para a população do Estado ser otimista. Apesar do resultado negativo do Pacto Pela Vida no último ano, uma análise mais histórica traz uma luz no fim do túnel. Pernambuco é o único

Estado do Nordeste que conseguiu reduzir a violência nos últimos 10 anos. E, num comparativo entre as capitais, Recife saltou de mais violenta, antes do programa (2006), para 15ª no ranking mais recente.

Para o líder do Governo na Assembleia, deputado Waldeimar Borges (PSB), o Pacto pela Vida "é uma política bem sucedida". Mas ele concorda que o programa deve ser constantemente revisado para continuar obtendo êxito. (G.B.)

AS ESTATÍSTICAS E AS SOLUÇÕES



JARBAS ARAÚJO

ENTREVISTA — JOEL DA HARPA

A Assembleia Legislativa de Pernambuco instalou pela primeira vez, em fevereiro, uma Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública. O objetivo é promover o debate e aprimorar a legislação para o setor, envolvendo o poder público, pesquisadores e a sociedade nas discussões. A iniciativa partiu do deputado estadual e coordenador-geral da frente Joel da Harpa (PROS). Uma frente parlamentar semelhante funciona na Câmara dos Deputados desde 2011. Na Alepe, também participam do colegiado os deputados Eduino Brito (PHS), Edilson Silva (PSOL), Pedro Serafim Neto (PDT) e Zé Maurício (PP).

Tribuna Parlamentar: A segurança pública em Pernambuco vive um momento de dificuldade, com aumento no número de homicídios e crise no sistema penitenciário. Que debates a Frente de Segurança Pública pretende realizar?

Joel da Harpa: A segurança pública precisa ser entendida de forma ampla. Ela envolve políticas públicas municipais, enfrentamento às drogas, recuperação de dependentes químicos. São temas que precisam ser debatidos. É fundamental sua qualificação e valorizar os profissionais para que possam prestar um bom serviço à sociedade. A desmilitarização também vem sendo discutidos nacionalmente. Esse debate tem que chegar a Pernambuco.

TP: A Frente pretende se articular com outras esferas do poder público?

JH: É preciso haver parceria. A responsabilidade da segurança



RINALDO MARQUES

pública é do Governo Estadual, mas os municípios e o Governo Federal não podem ficar de fora. Em Brasília, também foi criada a Frente Parlamentar da Segurança Pública. Queremos fazer uma audiência com os deputados federais que a integram e discutir os problemas do Estado.

TP: Em fevereiro, a Assembleia Legislativa aprovou seis projetos de lei do Executivo para a área da segurança. Entre outras medidas, criou-se a Gratificação Pacto Pela Vida, para policiais civis e militares que atenderem indicadores de produtividade; e o Prêmio de Defesa Social, para agentes que obtenham redução nas taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI. Como o senhor avalia estas medidas?

JH: Todo benefício para o policial é bem vindo, mas a questão do salário precisa ser discutida. Pernambuco tem um dos piores salários do Brasil para policiais militares e civis. No Estado de Goiás, por exemplo, um soldado ganha R\$ 4.500. Em Pernambuco, o valor é menos da metade. Muita gente está desestimulada e a gratificação acaba dividindo a categoria. Quem trabalha no serviço interno, de investigação, por exemplo, não pode receber o benefício, embora esteja prestando um serviço importante para quem cuida da parte operacional.

TP: Quais os principais problemas nos presídios hoje?

JH: O sistema carcerário está falido nacionalmente. A falta de efetivo é a principal causa. Estive no Complexo Prisional do Curado, antigo Aníbal Bruno, onde houve as rebeliões e havia cinco agentes penitenciários trabalhando para tomar conta de quase dois mil presos. Além disso, não há políticas públicas para preencher o tempo do preso, que acaba tornando-se ocioso. É preciso investir na ressocialização.

TP: Existe hoje nas Polícias um número elevado de profissionais que desistem da carreira. Segundo as associações de policiais militares, cerca de 600 PMs deixam a corporação todos os anos. Como esse problema deve ser enfrentado?

JH: O perfil do policial hoje não é apenas de pessoas com segundo grau, há muitos com ensino superior. Quando eles percebem que não têm perspectiva de crescimento na instituição, a tendência é que façam outro concurso ou peçam baixa da corporação. Nos oito anos do governo passado, entraram quase 8 mil policiais e muitos saíram por não ter perspectiva. Para se ter uma ideia, há casos de que passaram 23 anos para torna-se cabo. Houve agora uma promoção para todos os soldados que estão há mais de 10 anos, mais de 2 mil. Vamos debater de forma permanente para que as promoções não parem novamente, e que sejam feitas de maneira gradual e não em massa.

TP: Tivemos este mês o Dia Internacional da Mulher. Como é hoje a participação feminina na segurança pública? E que diferencial elas agregam?

JH: A participação feminina começou em 1982, com a criação da primeira Companhia de Polícia feminina da Polícia Militar do Estado. Atualmente, a corporação conta com 2,1 mil militares femininas, cujo ofício tem sido exercido de maneira obstinada e incorruptível. O Corpo de Bombeiros e a Polícia Civil também têm ampliado a participação feminina em seus quadros funcionais. Vale destacar que elas têm gradativamente alcançado mais postos de direção e chefia. Sem abrir mão do vigor e da coragem, a sensibilidade e a brandura dessas mulheres são imprescindíveis para a construção de uma sociedade pernambucana que preserve a vida e a

SAIBA MAIS

De acordo com o ICPS, sigla em inglês para Centro Internacional de Estudos Prisionais, do King's College, de Londres, quando o assunto é população carcerária, o Brasil só está atrás dos:

ESTADOS UNIDOS → 2,2 milhões

CHINA → 1,7 milhão

RÚSSIA → mais de 670 mil

BRASIL → mais de 580 mil

* Esse ranking coloca o Brasil em quarto, mas com os dados recente divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - que atualizaram o número de presos de 581.507 para 711.463 - o Brasil sobe uma posição.

ATIVIDADE PARLAMENTAR

FRENTES APROFUNDAM DEBATES NA ALEPE

Luciano Galvão Filho

Sete Frentes Parlamentares prometem aprofundar os debates na Assembleia Legislativa durante os próximos quatro anos. Segurança pública, comércio, crise hídrica e família serão alguns dos assuntos abordados pelos deputados, em ações voltadas a aprimorar a legislação nessas áreas e a aperfeiçoar as políticas governamentais.

“Trata-se de um grupo de parlamentares que se mobilizam para explorar uma matéria específica ou defender uma determinada bandeira”, explica Hélio Lúcio Dantas, procurador da Alepe. “O que diferencia uma Frente Parlamentar de uma Comissão Permanente é seu caráter mais informal. As Frentes não contam com uma estrutura administrativa nem possuem grandes detalhes previstos no Regimento Interno da Casa. Não se reúnem com periodicidade fixa e tampouco apreciam projetos de lei. É muito mais ligada aos problemas práticos”, acrescentou o procurador.

O deputado Tony Gel (PMDB) coordena a Frente Parlamentar do Comércio Varejista e da Micro e Pequena Empresa. O peemedebista esclarece que segmentos como o mercado varejista, que está sempre em discussão, merecem ter um conjunto de parlamentares dedicados a aprofundar as questões a respeito da atividade.

“Esse setor possui e necessita de leis específicas sobre estoques, sobre tributos e outros temas. Na legislatura passada, dialogamos com o Congresso Nacional e contribuimos para que se estabelecesse um regime diferenciado para as pequenas empresas”, relata. “Nas Frentes, você foca só naquela área e consegue encontrar soluções mais rápidas”, ressaltou.

Além do grupo coordenado por Tony Gel, nesta legislatura estão instaladas as frentes em Defesa da Segurança Pública, de Revitalização do Rio São Francisco e Demais Rios de Pernambuco, em Defesa da Família e da Vida, de Soluções Hídricas para Pernambuco, de Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas e do Trânsito e do Transporte.

Para criar uma frente parlamentar, o idealizador da proposta necessita do apoio de pelo menos um terço dos membros da Assembleia – 17 dos 49 deputados. Mas, a partir da quarta frente em funcionamento, é preciso também a aprovação pelo Plenário da Casa, por maioria absoluta – 25 dos 49 deputados.

Uma Frente Parlamentar funciona por até dois anos, podendo ser encerrada antes do prazo – por decisão de seus membros – ou prorrogada seu funcionamento por igual período – por deliberação do Plenário. As atividades do grupo são amplamente divulgadas e, ao final, são reunidas em relatório, apresentado à Comissão Permanente que trate de tema correlato ao da Frente.

◆ FRENTE PARLAMENTAR DO COMÉRCIO VAREJISTA E DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Criada em 9 de fevereiro, pelo requerimento 87/15
 Coordenador-geral: Tony Gel (PMDB)
 Demais membros: André Ferreira (PMDB), Henrique Queiroz (PR), João Eudes (PRP), Ricardo Costa (PMDB)

◆ FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA FAMÍLIA E DA VIDA

Criada em 9 de fevereiro, pelo requerimento 89/15
 Coordenador-geral: Pastor Cleiton Collins (PP)
 Demais membros: André Ferreira (PMDB), Odacy Amorim (PT), Socorro Pimentel (PSL), Zé Maurício (PP)

◆ FRENTE PARLAMENTAR DO TRÂNSITO E DO TRANSPORTE

Criada em 17 de fevereiro, pelo requerimento 259/15
 Coordenador-geral: Eduíno Brito (PHS)
 Demais membros: Álvaro Porto (PTB), Dr. Valdi (PP), Eriberto Medeiros (PTC), João Eudes (PRP), Ricardo Costa (PMDB) e Rogério Leão (PR)

◆ FRENTE PARLAMENTAR DE REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E DEMAIS RIOS DE PERNAMBUCO

Criada em 9 de fevereiro, pelo requerimento 88/15
 Coordenador-geral: Odacy Amorim (PT)
 Demais membros: Júlio Cavalcanti (PTB), Lucas Ramos (PSB), Miguel Coelho (PSB), Rodrigo Novaes (PSD), Socorro Pimentel (PSL), Tony Gel (PMDB)

◆ FRENTE PARLAMENTAR DE SOLUÇÕES HÍDRICAS PARA PERNAMBUCO

Criada em 25 de fevereiro, pelo requerimento 132/15
 Coordenador-geral: João Eudes (PRP)
 Demais membros: Eduíno Brito (PHS), Lucas Ramos (PSB), Tony Gel (PMDB), Júlio Cavalcanti (PTB)

◆ FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Criada em 9 de fevereiro, pelo requerimento 86/15
 Coordenador-geral: Joel da Harpa (PROS)
 Demais membros: Eduíno Brito (PHS), Edilson Silva (PSOL), Pedro Serafim Neto (PDT), Zé Maurício (PP)

◆ FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Criada em 28 de fevereiro, pelo requerimento 152/15
 Coordenador-geral: Professor Lupércio (SD)
 Demais membros: Adalto Santos (PSB), André Ferreira (PMDB), Joel da Harpa (PROS), Miguel Coelho (PSB), Pastor Cleiton Collins (PP), Priscila Krause (DEM), Ricardo Costa (PMDB)

